



Município de Arcos de Valdevez
Câmara Municipal

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ADJUDICAÇÃO:

CONTROLO ANALÍTICO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA
CONSUMO HUMANO, DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2017

Valor base: 6.000,00 Euros

Caderno de Encargos

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro
(Código dos Contratos Públicos)

Caderno de Encargos

CADERNO DE ENCARGOS	2
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	2
Cláusula 1. ^a – Objeto	2
Cláusula 2. ^a – Contrato	2
Cláusula 3. ^a – Prazo	2
Cláusula 4. ^a – Dúvidas e esclarecimentos	2
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3
Cláusula 5. ^a – Obrigações do fornecedor de serviços	3
Cláusula 6. ^a – Prazo do fornecimento dos serviços	3
Cláusula 7. ^a – Objeto do dever de sigilo	3
Cláusula 8. ^a – Preço contratual	3
Cláusula 9. ^a – Condições de pagamento	3
CAPÍTULO III – GARANTIA DE CUMPRIMENTO	4
Cláusula 10. ^a – Garantia de cumprimentos contratual	4
CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	4
Cláusula 11. ^a – Foro competente	4
CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS	4
Cláusula 12. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	4
Cláusula 13. ^a – Legislação aplicável	4
ANEXO A – CLÁUSULAS TÉCNICAS	4
Cláusula 1. ^a – Preço contratual base	4
Cláusula 2. ^a – Prazo de execução dos serviços	4
Cláusula 3. ^a – Especificações técnicas	5

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª – Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o **"CONTROLO ANALÍTICO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2017"**.

Cláusula 2ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicatária;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª – Prazo

1 – O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos fornecimentos em conformidade com os respetivos termos e condições, proposta do adjudicatário e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª – Dúvidas e esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados por escrito, no primeiro terço fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, até ao dia anterior ao do termo do prazo de apresentação das propostas, conforme estipula o artigo 116.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR DE SERVIÇOS

SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 5.ª – Obrigações do fornecedor de serviços

As obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato.

Cláusula 6.ª – Prazo do fornecimento dos serviços

O fornecedor obriga-se a efetuar a totalidade do fornecimento objeto do contrato até ao termo de prazo proposto, caso não seja efetuado antecipadamente.

SUBSECÇÃO II – OBJETO DO DEVER DE SIGILO

Cláusula 7.ª – Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor dos serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Arcos de Valdevez, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor dos serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladores ou outras entidades administrativas competentes.

SUBSECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

Cláusula 8.ª – Preço contratual

1. Pelo fornecedor de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Arcos de Valdevez deve pagar ao fornecedor o preço constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez.

Cláusula 9.ª – Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Arcos de Valdevez nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Arcos de Valdevez das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a realização do fornecimento, devendo ser emitida uma fatura por cada requisição efetuada pelo Município de Arcos de Valdevez ou de harmonia com a discriminação que venha a ser determinada.

2. Em caso de discordância, por parte do Município de Arcos de Valdevez, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou de transferência bancária.

CAPÍTULO III – GARANTIA DE CUMPRIMENTO

Cláusula 10.ª – Garantia de cumprimentos contratual

1. O Município pode proceder à retenção de **10 %** do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especialmente previstos no contrato ou na lei.
2. Dada a natureza do contrato e o seu valor, é dispensada a prestação de caução pelo adjudicatário, de acordo com o n.º 2 do artigo 88.º do código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 11.ª – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 12.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor dos serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 13.ª – Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável).

ANEXO A – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.ª – Preço contratual base

O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez, sendo o preço contratual máximo aceite de **6.000,00 € (Seis mil euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

Cláusula 2ª – Prazo de execução dos serviços

1. O prazo de execução do objeto do fornecimento previsto no atual procedimento de ajuste direto é de **306 dias**.
2. Este prazo considera ainda a entrega de toda a documentação técnica que acompanha o objeto do fornecimento, a colocação do referido objeto em local próprio, o seu ensaio operacional bem como a formação básica necessária para o seu normal funcionamento e manutenção.

Cláusula 3ª – Especificações técnicas

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O objeto do contrato consiste em estabelecer as condições jurídicas, técnicas e económicas relativas à prestação de serviços, pela entidade fornecedora, de Controlo Analítico da Qualidade da Água para Consumo Humano, no ano 2017.
2. O Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano (PCQA), no Concelho de Arcos de Valdevez, no ano de 2017, anexo às peças do procedimento, foi submetido na plataforma da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) e uma vez aprovado faz parte integrante deste procedimento.

Artigo 2.º

Grupos de parâmetros e número de controlos analíticos

1. São definidos 3 grupos de parâmetros a analisar relativos a Águas de Consumo Humano, nomeadamente: Controlo Rotina 1 (CR1), Controlo Rotina 2 (CR2) e Controlo de Inspeção (CI).
2. O objeto geral do presente concurso incide na realização das amostragens e controlo analítico dos parâmetros CR1, CR2 e CI.

Artigo 3.º

Parâmetros e cronograma de análises

1. No ficheiro referente ao PCQA 2017 – Anexo IV, são definidas as diferentes Zonas de Abastecimento, parâmetros a analisar e Pontos de Amostragem.
2. A definição de cada circuito de amostragem ficará ao critério da entidade fornecedora devendo, porém, ser respeitado o cronograma previamente definido pela entidade gestora e aprovado pela ERSAR.
3. Toda a calendarização de amostragem e análise está descrita pormenorizadamente no referido ficheiro Excel relativo ao PCQA.

Artigo 4.º

Locais de colheita e amostragem nas redes prediais

1. Os locais de colheita foram definidos pela entidade adjudicante, estando devidamente descritos e codificados no PCQA e serão identificados aquando da adjudicação.
2. Conforme determinação da Entidade Reguladora, a amostragem deverá ser efetuada, sempre que possível, nas redes prediais i.e, no interior dos domicílios.
3. Antes de qualquer outra ação, o Técnico responsável pela amostragem deverá assegurar-se de que a água afluente à torneira de recolha é diretamente proveniente da rede pública, isto é, deverá inteirar-se da não

mistura de águas de poços ou nascentes particulares com a da rede e da não existência de reservatório predial a interceptar a afluência da água à torneira de recolha.

4. Em caso de verificação de que a torneira de recolha não reúne as condições satisfatórias de segurança, pelos motivos enunciados no número anterior, ou pelo seu mau estado de conservação, limpeza e higiene, o Técnico de amostragem deverá informar de imediato a entidade adjudicante que, indicará um outro ponto de amostragem alternativo. Qualquer outra situação que impeça a colheita no local e data previstos no PCQA deverão igualmente ser comunicadas à entidade adjudicante, num período máximo de 24 horas.

5. A fim de facilitar a identificação dos vários pontos de colheita e das situações descritas no ponto 3., a entidade adjudicante disponibilizará, caso necessário, por um período de tempo a combinar com o laboratório ou definitivamente, uma pessoa que acompanhará os responsáveis pelas amostragens aos diferentes locais.

6. Aquando da realização das colheitas, quer do PCQA, o técnico de amostragem tem obrigatoriamente de comunicar à entidade adjudicante, nomeando esta um técnico, a hora da amostragem no sentido de o mesmo o acompanhar na realização da mesma.

7. A entidade adjudicante disponibilizará ainda ao laboratório selecionado os pontos de amostragem com a designação ou moradas.

Artigo 5.º

Amostragem, material de colheita, preservação e transporte das amostras

1. Os processos de amostragem / colheita, preservação e transporte das amostras e respetivo equipamento/ material, serão integralmente realizados/ disponibilizados pela entidade fornecedora.

2. Os processos de amostragem, preservação e transporte de amostras, deverão ser efectuados de acordo com as Normas Portuguesas e outros Regulamentos em vigor, de forma a minimizar a margem de erro da quantificação de cada parâmetro e aumentar a representatividade da amostra. O material de colheita e acondicionamento das amostras deverá seguir os mesmos princípios.

3. Sempre que haja necessidade de recorrer à subcontratação de ensaios, a entidade fornecedora deverá garantir as condições adequadas de transporte e conservação de amostras até que estas sejam entregues no(s) laboratório(s) subcontratado(s).

4. Sempre que nos procedimentos da entidade fornecedora estejam estabelecidas condições de aceitação e/ou de rejeição de amostras em função dos ensaios a realizar, estas condições devem de estar clarificadas na proposta da entidade fornecedora.

5. Com o objetivo de apoiar a entidade adjudicante nos processos de averiguação das situações de incumprimento dos valores paramétricos, a entidade fornecedora deverá guardar as amostras relacionadas com o incumprimento até ao fim do seu prazo de conservação.

Artigo 6.º

Métodos analíticos

1. O ensaio de cada parâmetro deve ser realizado através de Métodos Analíticos acreditados, com referência normalizada a nível nacional / europeu ou, descrita no "Standard Methods for Examination of Water and Wastewater". A utilização de métodos analíticos diferentes dos indicados naqueles documentos, carece de uma descrição mais detalhada, enunciando a adequação de tais métodos analíticos para o Controlo da Qualidade da Água de Abastecimento para Consumo Humano e aceitação dos mesmos pela ERSAR.
2. No caso particular dos parâmetros microbiológicos, os métodos a usar deverão ser os constantes no ponto 1 do anexo IV do Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de Agosto, podendo ser utilizados outros métodos alternativos, desde que reconhecidos pela ERSAR.

Artigo 7.º

Limites de deteção, exatidão e precisão dos métodos analíticos

1. Deverão ser respeitadas as disposições constantes nos Anexos IV do Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto, para o ensaio de Águas de Abastecimento para Consumo Humano.
2. Caso o limite de quantificação da entidade fornecedora, em determinado(s) parâmetro(s) corresponda ao valor paramétrico do(s) respetivo(s) parâmetro(s), a entidade fornecedora, tal é considerada um incumprimento do estipulado no ponto anterior e, concomitantemente, não estão a ser cumpridos os requisitos legais.
3. Nos casos não definidos, os Limites de Deteção deverão ser tais, que permitam avaliar a conformidade com o limite legal (Valor Paramétrico) estabelecido.
4. No caso de o laboratório não cumprir com o Limite de Deteção para algum dos parâmetros, deverá providenciar a subcontratação dos mesmos a outra entidade laboratorial que respeite esse requisito.

Artigo 8.º

Qualificação da entidade fornecedora

1. O ensaio dos vários parâmetros deve ser realizado em laboratório(s) com Planos de Qualidade, com acreditação e que participem em Programas de Controlo da Qualidade geridos pelo laboratório nacional de referência, nos termos do Decreto-Lei nº 234/93 de 02 de Julho, que instituiu o Sistema Português da Qualidade ou; por outras entidades nacionais ou estrangeiras idóneas.
2. No caso do Laboratório não possuir acreditação analítica de algum dos parâmetros, emitida pela ERSAR, deverá providenciar a subcontratação do mesmo a outra entidade laboratorial que respeite esse requisito.

Artigo 9.º

Laboratórios e/ou serviços subcontratados

1. No caso da entidade fornecedora recorrer à subcontratação de serviços ou outros laboratórios, o mesmo deverá ser referido, indicando qual(is) a(s) entidade(s) e quais os parâmetros e procedimentos subcontratados.

2. A(s) entidade(s) subcontratada(s) deverá(ão) respeitar todos os requisitos definidos nestas Cláusulas Técnicas, particularmente, o definido nos artigos 6.º, 7.º e 8.º.

3. Quando houver recurso a laboratórios estrangeiros, estes terão que apresentar credenciais, com documentos traduzidos em português, relativas aos parâmetros para que estão acreditados e declararem que cumprem os requisitos anteriormente descritos, nomeadamente no que concerne aos limites de deteção (quantificação) dos métodos utilizados.

Artigo 10.º

Comunicação dos resultados analíticos e incumprimentos

1. A comunicação dos resultados das análises deverá ocorrer segundo vários níveis, conforme se descreve:

1.1. O documento original enviado via correio;

1.2. Em formato digital:

1.2.1. Na extensão *.pdf: O relatório de ensaio, individualizado por amostra colhida. Remetido por correio eletrónico, a indicar posteriormente pela entidade adjudicante, dentro dos prazos máximos indicados na recomendação técnica da ERSAR;

1.2.2. Na extensão *.xls: A tabela trimestral com todos os resultados analíticos referentes às amostras de água colhidas nesse período. Remetido por correio eletrónico até ao máximo de 30 dias após o fim de cada trimestre;

1.3. Notificação de eventuais incumprimentos da qualidade da água – por correio eletrónico e via sms - e dentro dos prazos definidos pela ERSAR na recomendação técnica n.º 01/2008;

1.4. Sempre que se detete qualquer situação de claro risco sanitário, ou registos de Cloro Residual Livre abaixo de 0,2 ou acima de 0,6 mg/L – informação por correio eletrónico, dentro de 24 horas após conhecimento da situação. A situação de evidente risco sanitário poderá ser ainda reportada via telefone / sms.

Artigo 11.º

Prazos de entrega dos relatórios de ensaio

De forma a avaliar do cumprimento dos prazos de entrega dos resultados analíticos, o responsável do Laboratório, deverá explicitar em forma de lista, quais os prazos de entrega individualizados por cada tipo de análise.

Artigo 12.º

Comunicação de alteração de data ou ponto de amostragem

1. Qualquer alteração de data ou ponto de amostragem relativamente ao definido no PCQA, deverão ser comunicadas de imediato (no máximo de 24 horas), por correio eletrónico à entidade adjudicante, mesmo que tal situação não esteja diretamente relacionada com a disponibilidade do Laboratório para a efetuação da

amostragem/ análise (por exemplo, falha de água, instalação/ domicílio fechado, ponto de amostragem não seguro, etc.).

Artigo 13.º

Apresentação de resultados

1. Os resultados dos ensaios deverão ser apresentados de acordo com o especificado no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, pelo que, na emissão dos relatórios de ensaio, a entidade fornecedora deve ter o cuidado de apresentar os resultados de acordo com o especificado naquele diploma legal, nomeadamente no que concerne: a identificação do parâmetro, o número mínimo de casas decimais indicadas no valor paramétrico e a unidade de expressão do resultado.
2. Tanto nos relatórios de ensaio como na comunicação dos incumprimentos dos valores paramétricos pela entidade fornecedora à entidade adjudicante, todos os resultados devem ser apresentados apenas pelo valor médio da medição, ou seja, sem a estimativa de incerteza associada. Analogamente, a interpretação dos resultados não deve de ter em conta a estimativa da incerteza.
3. O relatório de ensaio deverá apresentar uma estrutura tal, que permita uma fácil e imediata apreensão da situação qualitativa da amostra de água analisada, pela população consumidora da água.
4. Sem prejuízo da eventual presença de outra informação, cada relatório de ensaio deverá conter no mínimo os seguintes elementos:
 - 4.1. Data de colheita da amostra água, data da conclusão de cada ensaio, tipo de análise (CR1, CR2 e CI)
 - 4.2. Identificação clara do ponto de colheita da amostra de água (Código e descrição);
 - 4.3. Identificação dos parâmetros de caracterização qualitativa, valor obtido, unidades, limite paramétrico, Método Analítico utilizado.
5. A ocorrência de eventuais falhas nos processos de amostragem/ análise (parâmetros em falta, valor dúbio, outros) deverão ser assinadas no relatório de ensaio, assim como as causas das mesmas (avaria, calibrações, outros).
6. O relatório de ensaio deverá apresentar-se devidamente numerado, datado e rubricado pelo responsável pela análise/ laboratório.
7. A reincidência de receção de relatórios de ensaio incompletos ou com erros de preenchimento poderá ser motivo de rescisão do contrato, assim como o não cumprimento dos prazos definidos para as notificações de incumprimentos e entrega de relatórios de ensaio.

Artigo 14.º

Inserção de dados na Plataforma IDQA e apoio à elaboração dos PCQA

1. O Laboratório terá de prever na elaboração das propostas as tarefas conducentes à compilação dos dados dos PCQA do ano transato na Plataforma IDQA (Introdução de Dados da Qualidade da Água), conforme previsto no ponto 5 do artigo 15º do Decreto-lei n.º 306/2007. Deve ainda comunicar à entidade adjudicante esta compilação por correio eletrónico.

2. O Laboratório terá de prever ainda na proposta a disponibilidade da equipa técnica do laboratório para apoiar o município na elaboração do PCQA anual dentro do prazo de execução do presente concurso. A entidade adjudicante comunica ao laboratório os pontos de amostragem e este insere no portal, de acordo com o anexo III do Decreto-Lei n.º360/2007, de 27 de Agosto.
3. Entrega dos resultados trimestrais, por sistema de distribuição em formato digital editável contendo o exposto no n.º5 do artigo 17º do Decreto-lei n.º 306/2007.

Artigo 15.º

Realização de outras análises – não previstas e extra-plano

1. A entidade fornecedora deverá prever de imediato a realização de análises de verificação (contra-análises), sempre que se verifique a violação do valor paramétrico de determinado parâmetro no PCQA.
2. A realização da contra-análise está dependente de prévia informação e pedido escrito da entidade adjudicante.
3. Os relatórios de ensaio referentes a contra-análise, deverão ter inscrita a informação “Análise de verificação/Análise Extra”.
4. A fim de responder a situações de emergência, a entidade fornecedora deverá ceder temporariamente à entidade adjudicante, o material de colheita necessário para a realização de 5 análises aos parâmetros dos Controlos de Rotina 1 e 2. Nestas situações, em que não seja possível a imediata disponibilidade do laboratório, a entidade adjudicante efetuará as colheitas de água, procurando conduzi-las no menor espaço de tempo ao laboratório.
5. As contra-análises ou análises extra serão cobradas com base nos valores unitários apresentados na proposta, e em fatura à parte da presente prestação de serviços.

Arcos de Valdevez, 9 de fevereiro de 2017.

O Presidente da Câmara,

Dr. João Manuel do Amaral Esteves

Anexo IV

PROGRAMA DE CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO (PCQA)

– Ano 2017